

# Prática do pára-quedismo suspensa em Moçambique

**— decisão, em resultado do inquérito ao acidente da Costa do Sol, em que morreram seis desportistas no mar**

A prática do pára-quedismo desportivo está suspensa na República Popular de Moçambique, por decisão da Secretaria de Estado da Aeronáutica Civil. A reabertura da prática desta modalidade terá lugar quando existir um completo código oficial de normas e procedimentos para o pára-quedismo, bem como se estabelecerem mecanismos e preceitos.

Esta decisão foi tomada na sequência de um inquérito instaurado ao acidente registado em 25 de Dezembro do ano passado, na zona da Costa do Sol, em Maputo, em que morreram em dois lançamentos, seis pára-quedistas moçambicanos:

Os pára-quedistas caíram ao mar, em vez de caírem em terra, por terem sido arrastados pelo vento, após a sua saída do avião. As operações de salvamento, logo iniciadas, e sobretudo, a pronta acção dos pescadores da zona, permitiram evitar que a tragédia atingisse proporções maiores e mais graves.

A participação de pescadores no salvamento — segundo o inquérito — foi de primeira importância, pois já tinham os barcos na água. Os pontos de queda, estavam pelos pescadores bem localizados e eles actuaram com rapidez na recolha dos pára-quedistas, alguns caídos bastante longe da praia, por conhecerem profundamente a baía de Maputo e as suas correntes.

O inquérito feito, permitiu verificar que, na prática do pára-quedismo, não vêm sendo seguidos preceitos de segurança, que a actividade exige.

Por outro lado, não existe um código de normas obrigatórias, adequado a tal prática desportiva. Apenas existe um conjunto de disposições, datado de 1971, insuficiente e que, apesar disso, não vinha sendo respeitado.

— Há que admitir que o pára-quedismo desportivo é uma prática importante, não só como desporto, mas também como instrumento muito útil para assistência e salvamento em situações de calamidades naturais e acidentes. Em Moçambique, o pára-quedismo desportivo vem sendo praticado, graças ao entusiasmo e dedicação dos seus jovens praticantes, mas sem as condições necessárias — lê-se no inquérito feito.

Ainda por decisão da Secretaria de Estado, foram suspensos das suas funções, os lançadores dos lançamentos efectuados em 25 de Dezembro do mesmo ano, nos quais perderam a vida seis pára-quedistas.

O resultado do inquérito dá a conhecer as origens do acidente. A queda dos desportistas no mar ficou a dever-se ao facto de o salto do avião ter sido efectuado num ponto que seria correcto, se o vento soprasse no sentido mar-terra e não, como acontecia, no sentido terra-mar. Os ventos arrastaram os pára-quedistas para o mar. As vítimas morreram, em princípio, por afogamento.

As indicações fornecidas pela torre de controlo do Aeroporto Internacional do Maputo, antes do início do voo para o primeiro lançamento — e que foram divulgadas durante o encontro preparatório para os saltos — estavam correctas, no que respeita à direcção, sentido e velocidade do vento.

Porém, durante os voos para o primeiro e segundo lançamentos, os lançadores dos pára-quedistas procuraram, olhando do avião para o solo e sem terem em conta as informações da torre de controlo, obter indicações sobre a direcção e sentido do vento, a partir dos fumos da lixeira e de outros locais, que sobrevoaram, mas sem qualquer resultado.

Mesmo na conversação entre o piloto do avião e o lançador, não está claro se os pára-quedistas compreenderam que o vento não sopraria terra-mar. As gravações disponíveis não estão compreensíveis, o que permite supor, como muito plausível para os inquiridos, que uns tenham dito uma coisa e outros percebido outra, devendo-se tomar em conta o ruído no interior da cabina do avião e a fácil confusão que pode resultar pela sequência de palavras na conversação.

Os saltos dos pára-quedistas realizaram-se sem a prévia utilização de sondas ou quaisquer indicadores de direcção e sentido de vento. Concluiu-se, portanto, que os saltos se efectuaram sem que a zona estivesse balizada. O chefe da zona dos saltos ainda ia a caminho da Costa do Sol, no seu automóvel, vindo do aeroporto, quando já se efectuavam os lançamentos do primeiro voo.

Também se verificou que não havia meios de comunicação entre o solo e o avião lançador dos pára-quedistas. Se existissem estes meios, poder-se-ia ter evitado o segundo lançamento. A tentativa para se evitar este segundo voo, também não resultou. Eis o que o resultado do inquérito diz a este respeito:

— O chefe do Departamento de Pára-quedismo, que também assessoria a queda dos pára-quedistas, dirigiu-se ao aeroporto para cancelar o segundo lançamento e para se iniciarem acções de salvamento. O avião após o primeiro lançamento, regressou ao aeroporto, cerca das 9-20 horas, tendo descolado com a segunda equipa de pára-quedistas. Este segundo lançamento, processou-se praticamente como repetição do primeiro, tendo de novo os pára-quedistas caído ao mar.

Outros aspectos, que têm implicações, dizem respeito ao facto de o piloto não estar qualificado para este tipo de operações, pelo que se registaram algumas falhas, nomeadamente «não se ter seguido a rota mais adequada para o lançamento dos pára-quedistas». Também se viu que «os desportistas não estavam devidamente preparados para a possibilidade de queda no mar».